

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1610, DE 1996, DO SENADO FEDERAL, QUE "DISPÕE SOBRE A EXPLORAÇÃO E O APROVEITAMENTO DE RECURSOS MINERAIS EM TERRAS INDÍGENAS, DE QUE TRATAM OS ARTS. 176, PARÁGRAFO PRIMEIRO, E 231, PARÁGRAFO TERCEIRO, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL".

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.610 /96  
( Do Senado Federal)**

Dispõe sobre a pesquisa, a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas, de que tratam os artigos 176, § 1º, e 231, § 3º, da Constituição Federal.

**EMENDA SUBSTITUTIVA**

Dê-se ao artigo 7º a seguinte redação:

**Art. 7º-** Constatada a inexistência de potencialidade geológica no parecer técnico de que trata o art. 5º, o órgão federal competente dará ciência ao requerente do indeferimento do pedido de pesquisa e lavra de recursos minerais, podendo qualquer interessado, no prazo de trinta dias, interpor recurso da decisão.

§ 1º- Decorrido o prazo sem interposição de recurso ou ocorrendo o seu improviso, o processo será arquivado, devendo a decisão ser comunicada ao requerente e aos órgãos federais interessados.

§ 2º - Confirmada a existência de potencialidade geológica, que justifique a pesquisa e a lavra dos recursos minerais, objeto do procedimento administrativo previsto no art. 3º, o processo será encaminhado ao órgão ambiental federal e, nas hipóteses previstas nesta Lei, ao Conselho de Defesa Nacional.

§ 3º- Na hipótese do § 2º, as comunidades indígenas potencialmente afetadas, serão cientificadas do resultado do parecer técnico de que trata o art. 5º.

## **JUSTIFICATIVA**

A versão preliminar do PL previa a realização de laudos técnicos sobre a instalação ou não de uma atividade de mineração em determinada terra indígena, para que o interessado passasse por algumas etapas administrativas cujo objetivo era confirmar minimamente a viabilidade econômica, ambiental e sócio-cultural ou, nos casos em que essa viabilidade não estivesse presente, negar o seguimento ao processo. Já a proposta apresentada no substitutivo final estabelece que mesmo que os laudos técnicos recomendem negar autorização, o Congresso Nacional pode decidir pela autorização da instalação da mineradora, o que torna o processo de autorização carente de fundamentação técnica. É necessário, portanto, restabelecer os procedimentos de realização de laudos técnicos com caráter terminativo.

**Sala das Comissões,**

**Deputado Adão Preto**